

“EU NÃO CONSIGO, PROFESSOR!”: A DESCONSTRUÇÃO DO ESTIGMA PELAS MICROPOLÍTICAS DO COTIDIANO PARA A INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO

Matheus Modesto de Azevedo

*Professor do Ensino Fundamental I - Secretaria Municipal de Educação de Miracema RJ,
matheusmodestodeazevedo@hotmail.com*

Resumo: O devido e responsável tratamento para com a diversidade na sala de aula regular da escola pública tem em sua essência a possibilidade de encontro com o complexo. Esse trabalho permitiu-nos a partir de uma criança com enorme dificuldade de aprendizagem estabelecer uma nova perspectiva em questões relacionadas ao lidar com o diferente na escola. A educação contemporânea assumindo o novo paradigma: a inclusão (MANTOAN, 2006), inaugura neste tempo, a garantia de uma escola que acolha a todos. Este Estudo de Caso buscou afirmar a transformação do cotidiano escolar pelas micropolíticas que tecem as relações que nesse se estabelecem. A desconstrução de estigmas relacionados ao comportamento, mas sobretudo à aprendizagem constituem uma árdua tarefa de enxergar na criança, um sujeito de direitos que necessita vida, saúde e afeto. O olhar clínico empregado em sujeitos com características particulares que fogem à liturgia escolar padronizada inaugura na escola um tempo de reprodução de discriminação e conseqüentemente exclusão e fracasso escolares. Os autores como: GOFFMAN (1975), DELEUZE; GUATTARI (2012), GOODE E HATT (1973), MOYSÉS E COLLARES (2011), foram fundamentalmente os principais aportes bibliográficos que na investigação sistemática e na interpretação da realidade conduziram esse ensaio a fim de construí-lo no rigor que a pesquisa exigia.

Palavras-chave: estigma, micropolíticas, inclusão

Introdução

Diversas produções científicas demonstram um vertiginoso crescimento de queixas e encaminhamentos de crianças para núcleos de atendimentos especializados, tendo a dificuldade de aprendizado o suposto motivo das inquietudes escolares (BRENELLI, 2014). No entanto, há estudos que defendem que uma parte significativa desses encaminhamentos não caracterizam nenhum distúrbio de aprendizagem. (Tiosso, 1989; Corsini, 1998)

Primeiramente, cabe nos ressaltar que começaríamos por um grave erro se julgássemos a aprendizagem na escola como uma situação simplista e singular, por isso direcionamos nossos esforços em categorizar esses processos que cada sujeito percorre de APRENDIZAGENS, numa tentativa de assumir a natureza plural não apenas dos sujeitos, mas das diversas possibilidades de aprendizagem dos mesmos.

A aprendizagem da leitura e escrita longe de ser uma aquisição congênita engloba inúmeros mecanismos para sua obtenção. Dessa forma, a aprendizagem da leitura e escrita está colocada em

um grupo de capacidades cognitivas que se estruturam e organizam de forma que habilidades e competências sejam atingidas por assimilação.

O exercício docente no enfrentamento de crianças com dificuldade de aprendizagem possui a centralidade neste ensaio, permitindo fazer com que reflitamos acerca do conceito de estigma, esse último adjetivado como uma marcação da diferença sobre a criança. O professor enquanto competência essencial na sala de aula tem um fundamental papel não apenas na análise, mas também na tomada de decisões, a fim de instituir uma nova escola, em que cuja forma de ser, é substancialmente aberta a todos, e a transformação dessa escola tem caráter de urgência para a recepção de uma “nova criança”.

A escola na/da contemporaneidade quando assume o novo paradigma refutando os tradicionais e superados antes existentes, tem na inclusão um horizonte de transformação de crianças estigmatizadas em protagonistas de suas histórias. A escola inclusiva é uma escola que tem se estruturado ao crescimento, no entanto o que observados claramente são perspectivas de inclusão em educação. O grande desafio está na busca de pensar crianças diferentes que trazem consigo características individuais que fogem a realidade e a expectativa da escola: alunos “normais”.

A dificuldade de aprendizagem ou o não-aprender na escola possuem determinantes capazes de traçar sobre os sujeitos inscrições negativas que terão implicações comprometedoras durante seu trajeto escolar e sua vida. Os rótulos impregnadas aos sujeitos que não aprendem são estigmas, pois é de modo conceitual um lugar de redução, que mascara problemas maiores individualizando-os.

Nomear uma criança que não domina a escrita, a matemática, que não consegue se concentrar é estabelecer um padrão que exclui todo aquele que não se enquadra nesse modelo.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1975:12).

A escola na busca de consolidar um espaço inclusivo e aberto às diferenças, promove por vezes o inverso dessa proposição, ela opera na captura do que é tido como anormalidade ou desvio, demonstrando a ótica que constrói na tentativa de institucionalizar um espaço clínico. Há nesses mecanismos, um processo que transformando a diferença em desigualdade as delimita como naturais. A escola possui um sistema de exclusão muito bem engendrado que exclui a todos e inclui a uma parcela muito mínima de estudantes.

“Tudo é político, mas toda a política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.99). A existência das políticas em nível macro são de fundamental importância, bem como suas necessárias transformações positivas. Numa tentativa de análise teórica desse ensaio, as micropolíticas que tecem o cotidiano escolar são uma potente possibilidade de transformação da escola, pois desloca de um viés clínico, insistente na produção de patologias do aprender e estigmas em um locus de produção de vida e saúde. Incluir é uma tarefa difícil e as micropolíticas em inclusão são sempre carregadas de um tratamento ao outro onde o máximo pode ser realizado.

Encontros de capacitação e reciclagem com caráter de trabalhar questões relacionadas a escola inclusiva e práticas inclusivas, jamais propõem fórmulas mágicas para resultados positivos ou esperados, pois diante de desafios como esses, teremos sempre sujeitos que mesmo que individuais são múltiplos e necessitarão de maneiras/formas específicas para dominarem a leitura, a escrita, a matemática... Micropolíticas são atitudes diárias, muitas vezes enxergadas ou adjetivadas como sem importância, mas que produzem sentido sobre os objetos dessa ação.

As micropolíticas são nesse mundo uma contradição, por desconstruir com paradigmas exclusivos, uma vez que ela pode ser apologeta de uma nova escola que se abre a condição instituinte de ensino, que almeja buscar considerar os sujeitos como protagonistas de suas histórias, tendo a solidariedade e o afeto como motor que engrena rumo ao lugar de ensinar tudo a todos igualmente.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de um estudo de natureza metodológica qualitativa, que objetiva descrever a docência frente a diversidade na sala de aula do ensino regular público, de um modo mais específico, incidindo sobre uma criança com uma dificuldade de aprendizagem proeminente. A opção por esse tipo de pesquisa se deu por conta da própria questão do cotidiano escolar e a necessidade de compreensão e interpretação da realidade aliados a proximidade com o sujeito, objeto dessa pesquisa.

Dentro dessa proposta de pesquisa qualitativa, a forma de estudo adjetivou-se como um Estudo de Caso, que de maneira geral conceitua-se como o estudo mais profundo de um objeto e que permite de forma ampla e detalhada o conhecimento acerca do fenômeno a ser explorado, o que seria uma tarefa difícil e impossível através de outros métodos de investigação, como afirmam

Goode e Hatt (1973). Os autores destacam o caráter do Estudo de Caso como um meio de dispor dados e organizar informações, em números e detalhes quanto possível, por isso o estudo de caso é capaz de guardar seu caráter unitário;

Esse trabalho se desenvolveu em uma escola municipal de uma cidade no interior do Estado de Rio de Janeiro, tendo Fátima (nome fictício) como a criança que é foco de nossos estudos. Fátima tinha 6 anos e estava no 1º ano do 1º ciclo do ensino fundamental (1º segmento), dessa forma, essa criança estava no início de seu processo de alfabetização.

No início do processo de escolarização no ensino fundamental, Fátima apresentou uma enorme introspecção, e posteriormente uma proeminente dificuldade na realização de tarefas simples. Reconhecia as vogais e algumas consoantes. Fátima falava pouco e não atendia às proposições do professor em sala de aula no pedido de respostas às tarefas.

No decorrer do ano Fátima, obteve um pequeno avanço, mas muito pequeno diante do que se esperava naquela fase, uma vez que muitos/as alunos/as já dominavam a leitura e a escrita.

Fátima se ausentava muito das aulas por conta de uma infecção nos ouvidos que, por vezes a deixava adoentada, com essa informação o professor também foi informado de que essa infecção vem desde que Fátima era um bebê e que tinha a audição um pouco comprometida.

A partir dessas situações, a escola tentava propiciar articulada à família novas possibilidades de aprendizagem, mas também novas possibilidades de compreender aquele sujeito que potencialmente era dotado de muito desejo imenso de aprender.

Ao final do ano letivo de 2015, Fátima não reconhecia números/quantidades, bem como todas as letras do alfabeto (principalmente as consoantes), apesar de conseguir escrever por completo seu nome, se encontrava na fase pré-silábico de acordo com a concepção de Ferreiro e Teberosky (1985).

No ano seguinte, considerando essas situações, construímos um repertório diferenciado de vivências que propiciasse a aprendizagem daquele sujeito que chegara ao final do 1º do ensino fundamental sem se beneficiar-se das inúmeras possibilidades de leitura e escrita, como aquisição fundamental para as demais habilidades subsequentes.

A aproximação com a família foi de grande valia para estabelecer relações positivas para aquela criança e um ponto importante para os nossos propósitos, no entanto a família de Fátima não tinha tanta proximidade, mas sempre correspondia na medida do possível às intervenções escolares para que o sucesso de sua filha acontecesse.

Nesse estabelecimento de comunicação com a família tivemos a oportunidade construir alguns rótulos e adjetivos que Fátima possuía. Fátima possuía uma família desestruturada, de condições financeiras bem comprometida, pai em situação de encarceramento e mãe desempregada. As inúmeras infecções que Fatima teve foram capazes de prejudicar seu aparelho auditivo.

Inicialmente, o professor da turma elaborou um currículo adaptado, com diversas propostas alfabéticas atrelada a uma metodologia fônica, que rapidamente gerou resultados positivos, trabalhava com a aluna muito próxima de si, sempre intervindo em suas dificuldades e reforçando seus avanços.

Os colegas de turma desempenhavam uma função fundamental, sobretudo no auxílio ao professor e à própria Fátima. Tinham a função de mediadores junto às dificuldades de Fátima, faziam sempre que necessário uma intermediação entre o que se propunha ao aprendizado e sanavam as questões que eram mais complexas, dentro de suas capacidades.

Resultados e Discussões

Desde o início da pesquisa uma fala reiterada de Fátima provocou-nos muito inquietação, que sempre acontecia após o pedido para realizar as tarefas de atividades rotineiras: “Eu não consigo, Professor!”. Aprofundando essa assertiva da aluna também de forma cansativa, certa vez ela traz a narrativa de que numa certa ocasião uma pessoa disse a ela que ela não iria conseguir aprender.

O olhar inquieto, os pezinhos que batiam no chão de ansiedade, as unhas comidas, os choros, eram possíveis indícios de que Fátima era um ser aprendente, que necessitava de aprender para traçar uma rota diferente daquela que todos de seus outros irmãos não tiveram na escola.

Um escola que consegue abrir as janelas do saber aos seus alunos é também uma instituição capaz de dar a todos o sucesso devido, nesse sentido, o envolvimento de todos os atores que participam da escola (alunos/as, professores/as, coordenadores/as, pedagogos/as e gestores/as, etc.) foi de extrema importância para a criação e reinvenção de uma escola que enxergava além dos estigmas inaugurando um lugar de esperança.

Espera-se que crianças em idade escolar aprendam igualmente nos determinados tempos e também que se comportem na medida dos padrões estipulados pela instituição escolar, no entanto, essa é uma esperança que não se sustenta, uma vez que a diversidade humana é o argumento cabal que faz com que essa não tenha sentido em si.

Fátima apresentava grande dificuldade de aprender, mas ela em si não era o problema, pelo contrário, tratava de buscar caminhos que colocassem aquele sujeito no lugar de aprender, talvez não seria um problema de aprendizagem em si, mas de metodologia e, certamente aliado a este, uma aproximação de todos os atores que compunha aquele espaço, de forma especial o professor da turma.

As queixas escolares e consequente encaminhamentos para o campo da saúde tem crescido, bem como laudos e diagnósticos. O perigo se encontra nos processos medicalizantes da aprendizagem e do comportamento. Tachar uma criança com um rótulo porque ela não consegue aprender ou se manter quieta e contida em sua carteira é criminalizar e reduzir a própria vida humana, numa tentativa de desresponsabilização de implicações maiores que são “jogadas para debaixo do tapete”.

O processo de estigmatização vivido e internalizado por Fátima, refletido em sua postura ensimesmada e apática muitas das vezes do contexto escolar colocou naquela criança um rótulo que a fechou em um mundo de impossibilidades.

As micropolíticas do cotidiano para o encontro com a dificuldade daquela criança que não dominava os processos de aprender a ler, escrever e contar fizeram com que um trabalho efetivo de desconstrução pudesse resultar em limites e dificuldades superandos. As políticas em nível macro dão suporte as necessárias práticas docentes e a instituição como um todo.

As micropolíticas são e estão para além de tomada de atitudes e postura, antes de tudo, são tomadas de consciência de um fazer o que necessita ser tecido com responsabilidade, precisão e afeto. As micropolíticas não refutam as políticas públicas em nível macro, mas, são caminhos precoces que instituem uma escola que recoloca o sujeito como protagonista de sua história.

O enfrentamento em sala de aula de relações similares a que este trabalho empenha descrever sob a ótica micropolítica daquilo que o ambiente escolar demanda, não assumem caráter efetivo e mesmo instrucional, se assim o fosse operaria com os mesmos artifícios da escola que nega o direito a diversidade e a escolarização dos seus sujeitos, tendo como finalidade o processo perverso de exclusão e fracasso escolares. As micropolíticas são um permanente lugar de estudo, transformações e desconstrução, que enxerga nas tecituras do cotidiano espaços em que a vida produz esperança. Nesse sentido, as micropolíticas são: “...microgestos, micropercepções, de uma relação mais afectiva.” (SCHNEIDER, 2014 p.38)

Conclusões

A família e a criança durante o decorrer da história da humanidade sofreram significativas mudanças, que são facilmente observadas, cabendo-nos externalizar o caráter inerte da escola durante esses tempos. Ainda hoje a escola se encarrega de estruturar-se física e metodologicamente com mecanismos que nos remontam a uma escola do século passado.

Os tensionamentos existentes do espaço escolar devem ser tomados como parte daquele ambiente, constitui a natureza plural e única capazes de refletir os tensionamentos existentes em outros setores institucionalizados. A escola (a educação formal), diferente dos espaços educacionais informais em seu âmago assume uma sistemática que constitui sua identidade: Um lugar onde todos devem aprender o saber que o Homem construiu no decorrer da História da Humanidade.

As transformações de tensionamentos escolares, que são inerentes àquele espaço transformados sob uma ótica insistente em nomear, rotular, estigmatizar, eleva a escola de um lugar de produção de vida e diversidade a um lugar de produção de patologias e conformidade.

Entendemos que há maneiras diversas pelas quais as pessoas fazem a construção da aprendizagem e lidam com a linguagem escrita, maneiras que fogem a nosso julgamento quanto sua existência, uns aprendem com enorme facilidade, outros com certa dificuldade, e a maioria em um continuum entre esses extremos, conforme salientam Moysés e Collares (2011). E ainda continuam: existem diversas formas e modos das pessoas agirem, sentirem, se emocionarem, afetarem e também o serem. Um refletem sentimentos e comportamentos extremos, e grande parte se situam num continuum que vai de um extremo a outro. As autoras questionam se tais características se situam no plano da diversidade humana ou em no plano de patologias, e ainda indagam acerca das ditas evidências científicas que indicam para doenças de comportamento ou aprendizagem.

As micropolíticas na desconstrução de estigmas são fundamentais para a construção de uma escola aberta a diversidade, ou seja, uma escola inclusiva. Incluir é sinônimo de tornar o outro protagonista de sua história, não devemos esperar a criação de uma grande política pública para efetivar a inclusão dos diferentes na escola, inclusão é caminho, é aprendizagem e muito trabalho, por isso se enviesa nos tramas micropolíticos do cotidiano.

Referências

BRENELLI, Rosely. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. UNICAMP: Campinas, 2004. GOODE, W.; HATT, P. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo, SP: Nacional, 1973.

CORSINI, C. F. (1998). **Dificuldade de aprendizagem: representações sociais de professores e alunos**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Puccamp.

Goffman, E. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC

Goode, W., & Hatt, P. (1973). **Métodos em pesquisa social**. São Paulo, SP: Nacional.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**/ Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos)

MOYSÉS, M. A. A. & COLLARES, C. A. L.. **O lado escuro da Dislexia e do TDAH**. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (orgs.) **A exclusão dos incluídos: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. Maringá/PR: EDUEM, 2011.

TIOSSO, L. H. **Dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita: uma visão multidisciplinar**. Tese de Doutorado. IP: São Paulo, 1989.